

fe/ABr/2023
SANTO ANTÓNIO



CENTRO SOCIAL PAROQUIAL PADRE ÂNGELO FERREIRA PINTO

Anexo

31 Dezembro de 2023

Índice

| | | |
|---------|--|----|
| 1 | Identificação da Entidade..... | 4 |
| 1.1 | Denominação da entidade..... | 4 |
| 1.2 | Sede social..... | 4 |
| 1.3 | Natureza da atividade | 4 |
| 1.4 | Denominação e sede social da entidade-mãe imediata | 4 |
| 1.5 | Denominação e sede social da entidade-mãe final | 4 |
| 2 | Referencial contabilístico de preparação das demonstrações financeiras..... | 4 |
| 2.1 | Referencial Contabilístico | 4 |
| 2.2 | Derrogações | 5 |
| 2.3 | Contas do Balanço e da Dem.Resultados cujos conteúdos não sejam comparáveis | 5 |
| 3 | Políticas contabilísticas, alterações nas estimativas contabilísticas e erros..... | 5 |
| 3.1 | Principais politicas contabilísticas..... | 5 |
| 3.1.1 | Bases Gerais de Mensuração..... | 5 |
| 3.1.1.1 | Bases de Apresentação..... | 5 |
| 3.1.1.2 | Políticas de reconhecimento e Mensuração | 7 |
| 3.1.2 | Outras políticas contabilísticas | 12 |
| 3.1.3 | Principais pressupostos relativos ao futuro | 13 |
| 3.1.3 | Principais fontes de incerteza das estimativas | 13 |
| 3.2 | Alterações nas politicas contabilísticas..... | 13 |
| 3.3 | Alterações nas estimativas contabilísticas..... | 13 |
| 3.4 | Correção de erros de períodos anteriores | 14 |
| 4 | Ativos Fixos Tangíveis..... | 15 |
| 5 | Ativos Intangíveis | 16 |
| 6 | Inventários | 17 |
| 7 | Rendimentos e Gastos | 17 |
| 8 | Subsídios do Governo e apoios do Governo | 18 |
| 9 | Benefícios dos empregados | 19 |
| 10 | Acontecimentos após data de Balanço..... | 20 |
| 11 | Divulgações exigidas por outros diplomas legais..... | 20 |
| 12 | Outras Divulgações | 20 |

| | |
|--|----|
| 12.1 Outras contas a receber..... | 20 |
| 12.2 Diferimentos | 21 |
| 12.3 Caixa e Depósitos Bancários | 21 |
| 12.4 Fundos Patrimoniais..... | 21 |
| 12.5 Fornecedores | 22 |
| 12.6 Estado e Outros Entes Públicos..... | 22 |
| 12.7 Outras Contas a Pagar..... | 23 |
| 12.8 Subsídios, doações e legados à exploração | 23 |
| 12.9 Fornecimentos e serviços externos | 24 |
| 12.10 Outros rendimentos e ganhos | 24 |
| 12.11 Outros gastos e perdas | 24 |
| 12.12 Resultados Financeiros | 25 |

1 Identificação da Entidade

1.1 Denominação da entidade

CENTRO SOCIAL PAROQUIAL PADRE ÂNGELO FERREIRA PINTO – NIPC 503553573

1.2 Sede social

Praceta Padre Ângelo Ferreira Pinto, nº 7 4455-469 Perafita

1.3 Natureza da atividade

Entidade privada sem fins lucrativos, de cariz religioso e cujo objetivo é dar apoio social a crianças e idosos.

1.4 Denominação e sede social da entidade-mãe imediata

O CENTRO SOCIAL PAROQUIAL PADRE ÂNGELO FERREIRA PINTO não tem empresa-mãe imediata.

1.5 Denominação e sede social da entidade-mãe final

O CENTRO SOCIAL PAROQUIAL PADRE ÂNGELO FERREIRA PINTO não tem empresa-mãe final.

2 Referencial contabilístico de preparação das demonstrações financeiras

2.1 Referencial Contabilístico

As presentes demonstrações financeiras foram elaboradas de acordo com o regime de normalização contabilística para as Entidades do Setor Não Lucrativo (SNC-ESNL), aprovado pelo DL nº 36-A/2011 de 09/03. O SNC-ESNL é regulado pelos seguintes diplomas:

- Aviso nº 8259/2015 de 29/07 – Norma Contabilística e de Relato Financeiro para as entidades do Setor Não Lucrativo (NCRF-ESNL);
- Portaria nº 218/2015 de 23/07 – Códigos de Contas específico para as entidades do setor não lucrativo (CC-ESNL);
- Portaria nº 220/2015 de 24/07 – Modelos de demonstrações financeiras aplicáveis às Entidades do Setor Não Lucrativo

2.2 Derrogações

Não se verificaram, no decorrer do período a que respeitam as demonstrações financeiras, quaisquer casos excepcionais que implicassem a derrogação de qualquer disposição prevista na NCRF-ESNL.

2.3 Contas do Balanço e da Dem.Resultados cujos conteúdos não sejam comparáveis

As Demonstrações Financeiras são comparáveis em todos os aspetos com as do período anterior, com a ressalva da situação apresentada na nota 3.3 – Alteração nas estimativas contabilísticas.

3 Políticas contabilísticas, alterações nas estimativas contabilísticas e erros

3.1 Principais políticas contabilísticas

As principais políticas contabilísticas aplicadas pela Entidade na elaboração das Demonstrações Financeiras encontram-se descritas de seguida:

3.1.1 Bases Gerais de Mensuração

3.1.1.1 Bases de Apresentação

As Demonstrações Financeiras foram preparadas de acordo com as Bases de Apresentação das Demonstrações Financeiras (BADF)

Continuidade:

Com base na informação disponível e as expectativas futuras, a Entidade continuará a operar no futuro previsível, assumindo não haver intenção nem a necessidade de liquidar ou de reduzir consideravelmente o nível das suas operações. Para as Entidades do Sector Não Lucrativo, este pressuposto não corresponde a um conceito económico ou financeiro, mas sim à manutenção da atividade de prestação de serviços ou à capacidade de cumprir os seus fins.

Regime do Acréscimo (periodização económica):

Os efeitos das transações e de outros acontecimentos são reconhecidos quando eles ocorram (satisfeitas as definições e os critérios de reconhecimento de acordo com a estrutura conceptual, independentemente do momento do pagamento ou do recebimento) sendo registados contabilisticamente e relatados nas demonstrações financeiras dos períodos com os quais se relacionem. As diferenças entre os montantes recebidos e pagos e os correspondentes rendimentos e

gastos são registados respetivas contas das rubricas “Devedores e credores por acréscimos” e “Diferimentos”.

Consistência de Apresentação

As Demonstrações Financeiras estão consistentes de um período para o outro, quer a nível da apresentação quer dos movimentos contabilísticos que lhes dão origem, exceto quando ocorrem alterações significativas na natureza que, nesse caso, estão devidamente identificadas e justificadas neste Anexo. Desta forma é proporcionada informação fiável e mais relevante para os utentes.

Materialidade e Agregação:

A relevância da informação é afetada pela sua natureza e materialidade. A materialidade dependente da quantificação da omissão ou erro. A informação é material se a sua omissão ou inexatidão influenciarem as decisões económicas tomadas por parte dos utentes com base nas demonstrações financeiras influenciarem itens que não são materialmente relevantes para justificar a sua apresentação separada nas demonstrações financeiras podem ser materialmente relevantes para que sejam discriminados nas notas deste anexo.

Compensação

Devido à importância dos ativos e passivos serem relatados separadamente, assim como os gastos e os rendimentos, estes não devem ser compensados.

Informação Comparativa

A informação comparativa deve ser divulgada, nas Demonstrações Financeiras, com respeito ao período anterior. Respeitando ao Princípio da Continuidade da Entidade, as políticas contabilísticas devem ser levados a efeito de maneira consistente em toda a Entidade e ao longo do tempo e de maneira consistente. Procedendo-se a alterações das políticas contabilísticas, as quantias comparativas afetadas pela reclassificação devem ser divulgadas, tendo em conta:

- A natureza da reclassificação;
- A quantia de cada item ou classe de itens que tenha sido reclassificada; e
- Razão para a reclassificação.

3.1.1.2 Políticas de reconhecimento e Mensuração

Ativos Fixos Tangíveis

Os “Ativos Fixos Tangíveis” encontram-se registados ao custo de aquisição ou de produção, deduzido das depreciações e das perdas por imparidade acumuladas. O custo de aquisição ou produção inicialmente registado, inclui o custo de compra, quaisquer custos diretamente atribuíveis às atividades necessárias para colocar os ativos na localização e condição necessárias para operarem da forma pretendida e, se aplicável, a estimativa inicial dos custos de desmantelamento e remoção dos ativos e de restauração dos respetivos locais de instalação ou operação dos mesmos que a Entidade espera vir a incorrer.

Os ativos que foram atribuídos à Entidade a título gratuito encontram-se mensurados ao seu justo valor, ao valor pelo qual estão segurados ou ao valor pelo qual figuravam na contabilidade.

As despesas subsequentes que a Entidade tenha com manutenção e reparação dos ativos são registadas como gastos no período em que são incorridos, desde que não sejam suscetíveis de gerar benefícios económicos futuros adicionais.

As depreciações são calculadas, assim que os bens estão em condições de ser utilizados, pelo método da linha reta/do saldo decrescente/das unidades de produção em conformidade com o período de vida útil estimado para cada grupo de bens.

As taxas de depreciação utilizadas correspondem aos períodos de vida útil estimada que se encontra na tabela abaixo:

| Descrição | Vida útil estimada (anos) |
|--------------------------------|---------------------------|
| Terrenos e recursos naturais | |
| Edifícios e outras construções | 6 a 25 anos |
| Equipamento básico | 6 a 10 anos |
| Equipamento de transporte | 5 anos |
| Equipamento biológico | |
| Equipamento administrativo | 1 a 6 anos |
| Outros Ativos fixos tangíveis | 6 anos |

A Instituição revê anualmente a vida útil estimada de cada ativo, assim como o seu respetivo valor residual quando este exista.

As mais ou menos valias provenientes da venda de ativos fixos tangíveis são determinadas pela diferença entre o valor de realização e a quantia escriturada na data de alienação, e encontram-se espelhadas na Demonstração dos Resultados nas rubricas “Outros rendimentos” ou “Outros gastos”.

Ativos Intangíveis

Os “Ativos Intangíveis” encontram-se registados ao custo de aquisição, deduzido das amortizações e de eventuais perdas por imparidade acumuladas. São reconhecidos apenas quando for provável que deles adviem benefícios económicos futuros para a Entidade e que os mesmos possam ser mensurados com fiabilidade.

São registadas como gastos do período as “Despesas de investigação” incorridas com novos conhecimentos técnicos.

As despesas de desenvolvimento são capitalizadas sempre que a Entidade demonstre capacidade para completar o seu desenvolvimento e dar inicio à sua comercialização ou utilização e para as quais seja provável gerar benefícios económicos futuros. Caso não sejam cumpridos estes critérios, são registados como gastos do período.

As amortizações são calculadas, assim que os ativos estejam em condições de ser utilizados, pelo método da linha reta em conformidade com o período de vida útil estimado para cada grupo de bens.

As taxas de amortização utilizadas correspondem aos períodos de vida útil estimada que se encontra na tabela abaixo:

| Descrição | Vida útil estimada (anos) |
|-----------------------------|---------------------------|
| Projetos de Desenvolvimento | |
| Programas de Computador | 3 anos |
| Propriedade industrial | |
| Outros Ativos Intangíveis | |

O valor residual de um “Ativo Intangível” com vida útil finita deve ser assumido como sendo zero, exceto se:

- Houver um compromisso de um terceiro de comprar o ativo no final da sua vida útil, ou
- Houver um mercado ativo para este ativo, e
- Seja provável que tal mercado exista no final da sua vida útil.

Investimentos financeiros

Os investimentos financeiros estão registados ao custo de aquisição e correspondem às verbas pagas ao Fundo de Compensação do Trabalho (FCT) pelos novos contratos de trabalho. Estes valores servem para fazer face a eventuais indemnizações pagas aos trabalhadores.

Inventários

Os “Inventários” estão registados ao menor de entre o custo de aquisição e o valor realizável líquido. O valor realizável líquido representa o preço de venda estimado deduzido de todos os custos estimados necessários para concluir os inventários e proceder à sua venda. Sempre que o valor de custo é superior ao valor realizável líquido, a diferença é registada como uma perda por imparidade. A Instituição adota como método de custeio dos inventários o custo médio ponderado. Aos Inventários que não sejam geralmente intermutáveis deve ser atribuído custos individuais através do uso de identificação específica.

Instrumentos Financeiros

Os ativos e passivos financeiros são reconhecidos apenas e só quando se tornam uma parte das disposições contratuais do instrumento.

Este ponto é aplicável a todos “Instrumentos Financeiros” com exceção:

- Investimentos em subsidiárias, associadas e empreendimentos conjuntos;
- Direitos e obrigações no âmbito de um plano de benefícios a empregados;
 - Alterações no risco segurado;
 - Alterações na taxa de câmbio;
- Direitos decorrentes de um contrato de seguro exceto se o contrato de seguro resulte numa perda para qualquer das partes em resultado dos termos contratuais que se relacionem com:
 - Entrada em incumprimento de uma das partes;
 - Locações, exceto se resultar perda para o locador ou locatário como resultado:
 - Alterações no preço do bem locado;
 - Alterações na taxa de câmbio
 - Entrada em incumprimento de uma das contrapartes

Fundadores/beneméritos/patrocionadores/doadores/associados/membros

As quotas, donativos e outras ajudas similares procedentes de fundadores/beneméritos/patrocionadores/doadores/associados/membros que se encontram com saldo no final do período sempre que se tenham vencido e possam ser exigidas pela entidade estão registados no ativo pela quantia realizável.

Clientes e outras contas a Receber

Os “Clientes” e as “Outras contas a receber” encontram-se registadas pelo seu custo estando deduzidas no Balanço das Perdas por Imparidade, quando estas se encontram reconhecidas, para assim retratar o valor realizável líquido.

Caixa e Depósitos Bancários

A rubrica “Caixa e depósitos bancários” inclui caixa e depósitos bancários de curto e médio prazo que possam ser imediatamente mobilizáveis sem risco significativo de flutuações de valor.

Fornecedores e outras contas a pagar

As dívidas registadas em “Fornecedores” e “Outras contas a pagar” são contabilizadas pelo seu valor nominal.

Fundos Patrimoniais

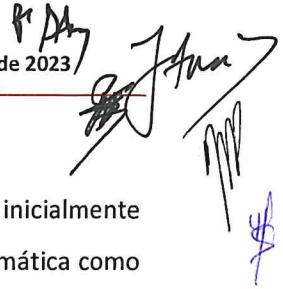
A rubrica “Fundos” constitui o interesse residual nos ativos após dedução dos passivos.

Os “Fundos Patrimoniais” são compostos por:

- fundos atribuídos pelos fundadores da Entidade ou terceiros;
- fundos acumulados e outros excedentes;
- subsídios, doações e legados que o governo ou outro instituidor ou a norma legal aplicável a cada entidade estabeleçam que sejam de incorporar no mesmo.

Subsídios e apoios ao governo

Os subsídios governamentais são reconhecidos de acordo com o justo valor quando existe uma garantia razoável de que irão ser recebidos e que a Entidade cumprirá as condições exigidas para a sua concessão.



Os subsídios não reembolsáveis relacionados com ativos fixos tangíveis e intangíveis são inicialmente reconhecidos nos fundos patrimoniais e subsequentemente imputados numa base sistemática como rendimentos durante os períodos necessários para balanceá-los com os custos relacionados que se pretende que eles compensem. Quanto aos que respeitem a ativos fixos tangíveis não depreciáveis, são mantidos nos fundos patrimoniais, exceto se a respetiva quantia for necessária para compensar qualquer perda de imparidade. Consideram-se subsídios não reembolsáveis quando exista um acordo individualizado de concessão do subsídio a favor da entidade, se tenham cumprido as condições estabelecidas para a sua concessão e não existam dúvidas de que os subsídios serão recebidos.

Os subsídios reembolsáveis são contabilizados como passivos. No caso de estes subsídios adquirirem a condição de não reembolsáveis, serão tratados como subsídios não reembolsáveis.

Financiamentos Obtidos

Empréstimos obtidos

Os “Empréstimos Obtidos” encontram-se registados, no passivo, pelo valor nominal líquido dos custos com a concessão desses empréstimos. Os “Encargos Financeiros” são reconhecidos como gastos do período, constando na Demonstração dos Resultados na rubrica “Juros e gastos similares suportados”.

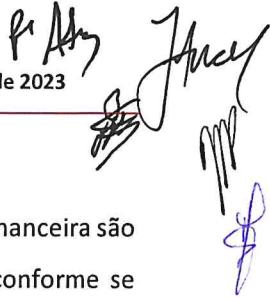
Os “Encargos Financeiros” de “Empréstimos Obtidos” relacionados com a aquisição, construção ou produção de “Investimentos” são capitalizados, sendo parte integrante do custo do ativo. A capitalização destes encargos só inicia quando começam a ser incorridos dispêndios com o ativo e prolongam-se enquanto estiverem em curso as atividades indispensáveis à preparação do ativo para o seu uso ou venda para capitalização.

Locações

Os contratos de locações (leasing) são classificados como:

- Locações financeiras quando por intermédio deles são transferidos, de forma substancial, todos os riscos e vantagens inerentes à posse do ativo sob o qual o contrato é realizado; ou
- Locações operacionais quando não ocorram as circunstâncias das locações financeiras.

De referir que as locações estão classificadas de acordo com a característica qualitativa da “Substância sobre a forma”, isto é, a substância económica sobre a forma do contrato.



Os Ativos Fixos Tangíveis que se encontram na Entidade por via de contratos de locação financeira são contabilizados pelo método financeiro, sendo o seu reconhecimento e depreciações conforme se encontra referido no ponto 3.2.1. das Políticas Contabilísticas.

Os juros decorrentes deste contrato são reconhecidos como gastos do respetivo período, respeitando sempre o pressuposto subjacente do Regime do Acréscimo. Por sua vez os custos diretos iniciais são acrescidos ao valor do ativo (por exemplo: custos de negociação e de garantia).

Não havendo certeza razoável que se obtenha a propriedade, no final do prazo de locação, o ativo é depreciado durante o prazo da locação ou a sua vida útil, o que for mais curto.

Tratando-se de uma locação operacional as rendas são reconhecidas como gasto do período na rubrica de “Fornecimentos e Serviços Externos”.

Estado e Outros Entes Públicos

O imposto sobre o rendimento do período corresponde ao imposto a receber.

Nos termos do n.º 1 do art.º 10 do Código do Imposto sobre o Rendimento das Pessoas Coletivas (CIRC) estão isentos de Imposto sobre o Rendimento das Pessoas Coletivas (IRC):

- a) As pessoas coletivas de utilidade pública administrativa;
- b) As instituições particulares de solidariedade social e Entidades anexas, bem como as pessoas coletivas àquelas legalmente equiparadas;
- c) As pessoas coletivas de mera utilidade pública que prossigam, exclusiva ou predominantemente, fins científicos ou culturais, de caridade, assistência, beneficência, solidariedade social ou defesa do meio ambiente.”

Rérito

O rérito é mensurado pelo justo valor da contraprestação recebida ou a receber. O rérito a reconhecer é deduzido do montante estimado e devoluções, descontos e outros abatimentos.

3.1.2 Outras políticas contabilísticas

Nada a referir

3.1.3 Principais pressupostos relativos ao futuro

As demonstrações financeiras foram preparadas no pressuposto da continuidade das operações, a partir dos livros e registos contabilísticos da entidade. As perspetivas existentes para o futuro e para a continuidade das operações baseiam-se no conhecimento e acontecimentos passados. Não se prevê, num horizonte temporal de curto/médio prazo qualquer alteração, legislativa ou relacionada com a atividade exercida, que possa pôr em causa a validade dos pressupostos atuais e, portanto, não é expectável que se verifiquem ajustamentos materialmente relevantes nas quantias escrituradas dos ativos e passivos no próximo período de relato,

3.1.3 Principais fontes de incerteza das estimativas

As estimativas com impacto nas demonstrações financeiras da entidade são continuamente avaliadas, representando à data de cada relato a melhor estimativa, tendo em conta o desempenho histórico, a experiência acumulada, o enquadramento atual e as expectativas sobre eventos futuros que, nas circunstâncias em causa, se acredita serem razoáveis. Os eventos futuros podem vir a alterar as estimativas efetuadas, pelo que nesse momento as mesmas serão alteradas de forma prospectiva.

3.2 Alterações nas políticas contabilísticas

Nada a referir

3.3 Alterações nas estimativas contabilísticas

Alterações nas estimativas contabilísticas

a) Natureza da alteração

Decorrente do alargamento de 20 para 30 anos do período de duração do direito de superfície do prédio urbano situado na Praceta Padre Ângelo Ferreira Pinto – Estrutura ERPI, concedido pela Fábrica da Igreja Paroquial da Freguesia de S. Mamede de Perafita, foi alterada a estimativa de vida útil do respetivo edifício de 15 para 25 anos, dado que o edifício só começou a ser utilizado e, consequentemente, depreciado no exercício de 2015. Esta alteração teve também impacto na imputação dos subsídios ao investimento associados à construção do mencionado edifício.

b) Quantia do ajustamento relacionado com o período corrente

A alteração da vida útil estimada referida teve o seguinte impacto nas demonstrações financeiras do período:

| Descrição | Vida útil estimada | Vida útil revista | Impacto nas depreciações |
|------------------------|--------------------|-------------------|--------------------------|
| Estrutura ERPI | 15 anos | 25 anos | 62.423,10 |
| Imputação subs. invest | | | 49.147,54 |

Esta alteração também terá impacto nas demonstrações financeiras dos períodos seguintes.

3.4 Correção de erros de períodos anteriores

Nada a referir

4 Ativos Fixos Tangíveis

A quantia escriturada bruta, as depreciações acumuladas, a reconciliação da quantia escriturada no início e no fim dos períodos de 2023 e de 2022, mostrando as adições, os abates e alienações, as depreciações e outras alterações, foram desenvolvidas de acordo com o seguinte quadro:

| Descrição | 2023 | | | | | |
|--------------------------------|-----------------------|-----------------------|---------------|----------------|----------------|-----------------------|
| | Saldo inicial | Aquisições / Dotações | Abates | Transferências | Revalorizações | Saldo final |
| Custo | | | | | | |
| Edifícios e outras construções | 3 248 479,80 € | 26 834,92 € | | 83 378,46 € | | 3 358 693,18 € |
| Equipamento básico | 394 744,58 € | 18 410,84 € | | | | 413 155,42 € |
| Equipamento de transporte | 62 056,64 € | | | | | 62 056,64 € |
| Equipamento administrativo | 157 147,39 € | | | | | 157 147,39 € |
| Outros Ativos fixos tangíveis | 43 572,73 € | | | | | 43 572,73 € |
| Investimentos em Curso | 38 472,83 € | 44 905,63 € | | -83 378,46 € | | 0,00 € |
| Total | 3 944 473,97 € | 90 151,39 € | 0,00 € | 0,00 € | 0,00 € | 4 034 625,36 € |
| Depreciações acumuladas | | | | | | |
| Edifícios e outras construções | 1 637 145,15 € | 165 565,44 € | | | | 1 802 710,59 € |
| Equipamento básico | 379 333,73 € | 8 851,16 € | | | | 388 184,89 € |
| Equipamento de transporte | 62 056,62 € | | | | | 62 056,62 € |
| Equipamento administrativo | 148 344,87 € | 5 752,68 € | | | | 154 097,55 € |
| Outros Ativos fixos tangíveis | 41 277,01 € | 2 295,72 € | | | | 43 572,73 € |
| Total | 2 268 157,38 € | 182 465,00 € | 0,00 € | 0,00 € | 0,00 € | 2 450 622,38 € |

| Descrição | 2022 | | | | | |
|--------------------------------|-----------------------|-----------------------|---------------|----------------|----------------|-----------------------|
| | Saldo inicial | Aquisições / Dotações | Abates | Transferências | Revalorizações | Saldo final |
| Custo | | | | | | |
| Edifícios e outras construções | 3 165 688,37 € | 82 791,43 € | | | | 3 248 479,80 € |
| Equipamento básico | 386 875,52 € | 7 869,06 € | | | | 394 744,58 € |
| Equipamento de transporte | 62 056,64 € | | | | | 62 056,64 € |
| Equipamento administrativo | 157 147,39 € | | | | | 157 147,39 € |
| Outros Ativos fixos tangíveis | 43 572,73 € | | | | | 43 572,73 € |
| Investimentos em Curso | 951,52 € | 37 521,31 € | | | | 38 472,83 € |
| Total | 3 816 292,17 € | 128 181,80 € | 0,00 € | 0,00 € | 0,00 € | 3 944 473,97 € |
| Depreciações acumuladas | | | | | | |
| Edifícios e outras construções | 1 476 509,26 € | 160 635,89 € | | | | 1 637 145,15 € |
| Equipamento básico | 348 159,05 € | 31 174,68 € | | | | 379 333,73 € |
| Equipamento de transporte | 62 056,62 € | | | | | 62 056,62 € |
| Equipamento administrativo | 140 217,63 € | 8 127,24 € | | | | 148 344,87 € |
| Outros Ativos fixos tangíveis | 36 638,72 € | 4 638,29 € | | | | 41 277,01 € |
| Total | 2 063 581,28 € | 204 576,10 € | 0,00 € | 0,00 € | 0,00 € | 2 268 157,38 € |

Em 28/04/09, através de escritura pública, a Fábrica da Igreja Paroquial da freguesia de S. Mamede de Perafita concedeu ao Centro Social Paroquial Padre Ângelo Ferreira Pinto um direito de superfície pelo período de 15 anos, sobre um prédio, sua propriedade.

Até ao exercício de 2018, as depreciações dos edifícios abrangidos por esse direito de superfície, foram calculadas e registadas com base na taxa determinada para o período de duração do mesmo.

Em 27/12/19, igualmente por escritura pública, foi aditado o período de duração do referido direito, de 15, para 25 anos.

Com base no alargamento do prazo, no exercício de 2019, foi revista a taxa de depreciação que vinha a ser utilizada para cálculo das respetivas depreciações, conforme referido na nota 3.3.

5 Ativos Intangíveis

A quantia escriturada bruta, as amortizações acumuladas, a reconciliação da quantia escriturada no início e no fim dos períodos de 2023 e de 2022, mostrando as adições, os abates e alienações, as amortizações e outras alterações, foram desenvolvidas de acordo com o seguinte quadro:

| Descrição | 2023 | | | | | |
|--------------------------------|---------------|-----------------------|--------|----------------|----------------|-------------|
| | Saldo inicial | Aquisições / Dotações | Abates | Transferências | Revalorizações | Saldo final |
| Custo | | | | | | |
| Programas de Computador | 9 505,67 € | | | | | 9 505,67 € |
| Total | 9 505,67 € | 0,00 € | 0,00 € | 0,00 € | 0,00 € | 9 505,67 € |
| Depreciações acumuladas | | | | | | |
| Programas de Computador | 9 505,67 € | | | | | 9 505,67 € |
| Total | 9 505,67 € | 0,00 € | 0,00 € | 0,00 € | 0,00 € | 9 505,67 € |

| Descrição | 2022 | | | | | |
|--------------------------------|---------------|-----------------------|--------|----------------|----------------|-------------|
| | Saldo inicial | Aquisições / Dotações | Abates | Transferências | Revalorizações | Saldo final |
| Custo | | | | | | |
| Programas de Computador | 9 505,67 € | | | | | 9 505,67 € |
| Total | 9 505,67 € | 0,00 € | 0,00 € | 0,00 € | 0,00 € | 9 505,67 € |
| Depreciações acumuladas | | | | | | |
| Programas de Computador | 9 505,67 € | | | | | 9 505,67 € |
| Total | 9 505,67 € | 0,00 € | 0,00 € | 0,00 € | 0,00 € | 9 505,67 € |

6 Inventários

Em 31 de Dezembro de 2023 e de 2022 a rubrica "Inventários" apresentava os seguintes valores:

| Descrição | 2023 | | | | |
|--|--------------------|-------------|-----------------------------------|-------------|------------------|
| | Inventário inicial | Compras | Reclassificações e Regularizações | CMVMC | Inventário final |
| Matérias-primas, subsidiárias e de consumo | | 12 027,54 € | | 12 027,54 € | |
| Total | 0,00 € | 12 027,54 € | 0,00 € | 12 027,54 € | 0,00 € |

| Descrição | 2022 | | | | |
|--|--------------------|-------------|-----------------------------------|-------------|------------------|
| | Inventário inicial | Compras | Reclassificações e Regularizações | CMVMC | Inventário final |
| Matérias-primas, subsidiárias e de consumo | | 15 308,79 € | | 15 308,79 € | |
| Total | 0,00 € | 15 308,79 € | 0,00 € | 15 308,79 € | 0,00 € |

7 Rendimentos e Gastos

Para os períodos de 2023 e 2022 foram reconhecidos os seguintes Réditos:

| Descrição | 2023 | 2022 |
|------------------------------|-----------------------|-----------------------|
| Prestação de Serviços | | |
| Quotas de utilizadores | 1 094 842,75 € | 1 059 541,65 € |
| Juros | | 10,14 € |
| Total | 1 094 842,75 € | 1 059 551,79 € |

8 Subsídios do Governo e apoios do Governo

A 31 de Dezembro de 2023 e 2022, a Entidade tinha os seguintes saldos nas rubricas de “Subsídios do Governo” e “Apoios do Governo”:

| Descrição | 2023 | 2022 |
|--|-----------------------|-----------------------|
| Subsídios do Governo | | |
| ISS, EP-Centro distrital | 829 078,55 € | 748 890,68 € |
| Outros subsídios | 18 236,06 € | 15 556,61 € |
| Total | 847 314,61 € | 764 447,29 € |
| Apoios do Governo | | |
| Subsídio para a construção do lar de idosos POPH | 563 420,56 € | 631 005,04 € |
| Câmara Municipal de Matosinhos | 271 616,24 € | 299 382,56 € |
| Donativos particulares | 85 721,14 € | 91 078,66 € |
| Para outros investimentos: | | |
| NORTE 2020 | 94 692,20 € | 96 853,16 € |
| Câmara Municipal de Matosinhos | 227 181,17 € | 172 308,61 € |
| Total | 1 242 631,31 € | 1 290 628,03 € |

Subsídios do Governo

Os subsídios à exploração registados nos exercícios de 2023 e 2022 respeitam aos montantes recebidos do Instituto da Segurança Social no âmbito da atividade social do Centro Padre Ângelo, em todas as suas valências, e encontram-se relevados como rendimentos do exercício (Nota 12.8).

Apoios do Governo

Os subsídios recebidos do Governo, estão a ser reconhecidos como rendimentos na mesma proporção das amortizações registadas como gasto, dos bens tangíveis a que dizem respeito.

Os subsídios para outros investimentos, reconhecidos e recebidos em exercícios anteriores, respeitam a investimentos com a construção de armazém e de parque infantil, com a colocação de um enviraçado para fecho dum espaço existente com quartos de banho de apoio ao mesmo, com a instalação de um sistema energético fotovoltaico de autoconsumo de energia e com a aquisição de


viaturas. Estes subsídios estão a ser reconhecidos em resultados do exercício em face da reintegração destes ativos fixos tangíveis.

Durante o exercício de 2023, foi recebido um subsídio do NORTE 2020, no montante de 9.208,56€ e outro da Câmara Municipal de Matosinhos, no montante de 70.171,00€. O montante relativo ao NORTE 2020 foi aplicado no revestimento das paredes dos quartos de banho dos quartos dos utentes da ERPI e na aquisição de equipamentos e instalação de sistema de renovação de ar do edifício da Creche. Do subsídio recebido da Câmara, 10.171,00€ foram aplicados nos investimentos atrás descritos e 60.000,00€, na construção de um parque infantil para as valências do Pré-escolar e Creche.

9 Benefícios dos empregados

O número de membros dos órgãos diretivos, nos períodos de 2023 e 2022, foram, respetivamente de 4 na Direção e de 3 no Conselho Fiscal, em 2023 e de 5 na Direção e de 3 no Conselho Fiscal, em 2022. Os órgãos diretivos não auferem qualquer remuneração, de acordo com os estatutos e legislação aplicável às IPSS.

O número médio de pessoas ao serviço da Entidade em 31/12/2023 foi de 81 e em 31/12/2022 foi de 80.

Os gastos que a Entidade incorreu com os funcionários foram os seguintes:

| Descrição | 2023 | 2022 |
|--|----------------|----------------|
| Remunerações ao pessoal | 1 028 996,76 € | 956 706,27 € |
| Indemnizações | 1 575,73 € | 501,25 € |
| Encargos sobre as Remunerações | 229 960,23 € | 214 152,06 € |
| Seguros de Acidentes no Trabalho e Doenças Profissionais | 31 079,33 € | 27 395,67 € |
| Outros Gastos com o Pessoal | 53 358,29 € | 54 015,99 € |
| Total | 1 344 970,34 € | 1 252 771,24 € |

O aumento verificado nesta rubrica resultou da atualização legal da retribuição mínima mensal garantida em Janeiro de 2023, bem como da atualização das tabelas salariais.

10 Acontecimentos após data de Balanço

Não são conhecidos à data quaisquer eventos subsequentes, com impacto significativo nas Demonstrações Financeiras de 31 de Dezembro de 2023. Após o encerramento do período, e até à elaboração do presente anexo, não se registaram outros factos suscetíveis de modificar a situação relevada nas contas.

As demonstrações financeiras para o período findo em 31 de Dezembro de 2023 foram aprovadas pela Direção em 27 de Março de 2024.

11 Divulgações exigidas por outros diplomas legais

A Entidade não apresenta dívidas ao Estado em situação de mora, nos termos do Decreto-Lei 534/80, de 7 de Novembro.

Dando cumprimento ao estabelecido no Decreto-Lei 411/91, de 17 de Outubro, informa-se que a situação da Entidade perante a Segurança Social se encontra regularizada, dentro dos prazos legalmente estipulados.

12 Outras Divulgações

De forma a uma melhor compreensão das restantes demonstrações financeiras, são divulgadas as seguintes informações.

12.1 Outras contas a receber

A rubrica “Outras contas a receber” tinha, em 31 de Dezembro de 2023 e 2022, a seguinte decomposição:

| Descrição | 2023 | 2022 |
|---|--------------------|--------------------|
| Devedores por acréscimos de rendimentos | 47 930,42 € | 61 898,72 € |
| Outros Devedores | 1 605,98 € | 4 243,69 € |
| Total | 49 536,40 € | 66 142,41 € |

12.2 Diferimentos

Em 31 de Dezembro de 2023 e 2022, a rubrica “Diferimentos” englobava os seguintes saldos:

| Descrição | 2023 | 2022 |
|---------------------------------|--------------------|-------------------|
| Gastos a Reconhecer | | |
| Seguros | 7 969,43 € | 7 214,05 € |
| Outros gastos a reconhecer | 3 257,83 € | 926,46 € |
| Total | 11 227,26 € | 8 140,51 € |
| Rendimentos a Reconhecer | | |
| Outros rendimentos a reconhecer | 6 310,22 | 32 360,77 |
| Total | 6 310,22 | 32 360,77 |

12.3 Caixa e Depósitos Bancários

A rubrica de “Caixa e Depósitos Bancários”, a 31 de Dezembro de 2023 e 2022, encontrava-se com os seguintes saldos:

| Descrição | 2023 | 2022 |
|-------------------|--------------------|--------------------|
| Caixa | 1 295,59 € | 1 253,09 € |
| Depósitos à ordem | 39 592,22 € | 55 728,93 € |
| Total | 40 887,81 € | 56 982,02 € |

12.4 Fundos Patrimoniais

Nos “Fundos Patrimoniais” ocorreram as seguintes variações:

| Descrição | Saldo Inicial | Aumentos | Diminuições | Saldo Final |
|--|-----------------------|--------------------|---------------------|-----------------------|
| Resultados transitados | 98 563,27 € | | 93 478,39 € | 5 084,88 € |
| Outras variações nos fundos patrimoniais | 1 291 325,03 € | 79 379,56 € | 127 376,28 € | 1 243 328,31 € |
| Total | 1 389 888,30 € | 79 379,56 € | 220 854,67 € | 1 248 413,19 € |

O decréscimo verificado em “resultados transitados” respeita à aplicação do resultado líquido do exercício de 2022, conforme deliberado pela Direção.

PLH *J. Faria*
MF

As variações em “outras variações nos fundos patrimoniais” referem-se à imputação dos subsídios ao investimento, recebidos em anos anteriores, em conformidade com as amortizações dos bens do ativo fixo tangível que lhe estão associadas, reconhecidas no exercício (ver nota 12.10)

12.5 Fornecedores

O saldo da rubrica de “Fornecedores” é discriminado da seguinte forma:

| Descrição | 2023 | 2022 |
|------------------|--------------|--------------|
| Fornecedores c/c | 121 014,09 € | 106 360,38 € |
| Total | 121 014,09 € | 106 360,38 € |

12.6 Estado e Outros Entes Públicos

A rubrica de “Estado e outros Entes Públicos” está dividida da seguinte forma:

Os montantes de Imposto sobre o Rendimento das Pessoas Coletivas referem-se às retenções na fonte sobre juros de depósitos bancários.

| Descrição | 2023 | 2022 |
|---|-------------|-------------|
| Ativo | | |
| Imposto sobre o Rendimento das Pessoas Coletivas (IRC) | | 0,36 € |
| Imposto sobre o Valor Acrescentado (IVA) | 5 254,13 € | 17 580,83 € |
| Total | 5 254,13 € | 17 581,19 € |
| Passivo | | |
| Imposto sobre o Valor Acrescentado (IVA) | 3 137,26 € | 20 867,14 € |
| Imposto sobre o Rendimento das Pessoas Singulares (IRS) | 6 345,65 € | 5 936,00 € |
| Segurança Social | 24 800,69 € | 22 410,83 € |
| Total | 34 283,60 € | 49 213,97 € |

12.7 Outras Contas a Pagar

A rubrica “Outras contas a pagar” desdobra-se da seguinte forma:

| Descrição | 2023 | | 2022 | |
|----------------------------------|--------------|--------------|--------------|--------------|
| | Não Corrente | Corrente | Não Corrente | Corrente |
| Outras operações | | 83,82 € | | 55,31 € |
| Fornecedores de Investimentos | | 14 218,98 € | | 70 827,27 € |
| Credores por acréscimo de gastos | | 170 028,90 € | | 158 606,21 € |
| Outros credores | | 2 092,27 € | | 4 614,80 € |
| Total | 0,00 € | 186 423,97 € | 0,00 € | 234 103,59 € |

O saldo da rubrica “Credores por acréscimos de gastos” respeita, genericamente, a férias, subsídio de férias e encargos a pagar ao pessoal, referentes ao ano de 2023 e com vencimento a 01 de Janeiro de 2024.

12.8 Subsídios, doações e legados à exploração

A Entidade reconheceu, nos períodos de 2023 e 2022, os seguintes subsídios, doações, heranças e legados:

| Descrição | 2023 | 2022 |
|---|--------------|--------------|
| Subsídios do Estado e outros entes públicos | 829 078,55 € | 748 890,68 € |
| Subsídios de outras entidades | 18 236,06 € | 15 556,61 € |
| Total | 847 314,61 € | 764 447,29 € |

O montante de 829.078,55€ respeitante aos Subsídios do Estado e outros entes públicos, refere-se aos acordos típicos celebrados com o Instituto da Segurança Social.

Segundo a Comissão de Normalização Contabilística, no seu esclarecimento datado de 24/11/23, questão 39, neste tipo de acordos, está-se perante uma prestação de serviços (conta 72), devendo estes valores ser contabilizados nessa conta.

Atendendo a ainda não ter saído orientação da Tutela sobre esta matéria, à submissão das contas na plataforma OCIP e à data do esclarecimento da CNC, a Instituição entendeu manter para este exercício, a contabilização destes acordos, na conta 75.

Os “Subsídios e Apoios do Governo” estão divulgados de forma mais exaustiva na Nota 8.

12.9 Fornecimentos e serviços externos

A repartição dos “Fornecimentos e serviços externos” nos períodos findos em 31 de Dezembro de 2023 e de 2022, foi a seguinte:

| Descrição | 2023 | 2022 |
|------------------------------------|--------------|--------------|
| Subcontratos | 448 517,01 € | 394 469,38 € |
| Serviços especializados | 77 694,74 € | 67 241,27 € |
| Materiais | 26 050,13 € | 16 998,43 € |
| Energia e fluidos | 75 948,57 € | 66 184,76 € |
| Deslocações, estadas e transportes | 48,45 € | 81,15 € |
| Serviços diversos | 95 873,11 € | 100 507,69 € |
| Encargos com utentes | 1 706,76 € | 5 116,05 € |
| Total | 725 838,77 € | 650 598,73 € |

12.10 Outros rendimentos e ganhos

A rubrica de “Outros rendimentos e ganhos” encontra-se dividida da seguinte forma:

| Descrição | 2023 | 2022 |
|---------------------------------------|--------------|--------------|
| Rendimentos Suplementares | 124 823,28 € | 79 462,93 € |
| Descontos de pronto pagamento obtidos | 0,01 € | |
| Outros rendimentos e ganhos | 146 721,46 € | 155 515,04 € |
| Total | 271 544,75 € | 234 977,97 € |

O saldo da rubrica “outros rendimentos e ganhos” inclui o montante de 127.376,28€ relativo à imputação do subsídio ao investimento, de acordo com as amortizações dos bens do ativo fixo tangível que lhe estão associados (ver nota 3.3)

12.11 Outros gastos e perdas

A rubrica de “Outros gastos e perdas” encontra-se dividida da seguinte forma:

| Descrição | 2023 | 2022 |
|------------------------|-------------|-------------|
| Impostos | 30,00 € | 331,21 € |
| Outros Gastos e Perdas | 24 649,00 € | 24 760,68 € |
| Total | 24 679,00 € | 25 091,89 € |

12.12 Resultados Financeiros

Nos períodos de 2023 e 2022 foram reconhecidos os seguintes gastos e rendimentos relacionados com juros e similares:

| Descrição | 2023 | 2022 |
|--|---------------------|--------------------|
| Juros e gastos similares suportados | | |
| Juros suportados | 11 238,02 € | 4 108,14 € |
| Outros gastos e perdas de financiamento | | 0,55 € |
| Total | 11 238,02 € | 4 108,69 € |
| Juros e rendimentos similares obtidos | | |
| Juros obtidos | | 10,14 € |
| Total | 0,00 € | 10,14 € |
| Resultados Financeiros | -11 238,02 € | -4 098,55 € |

PERAFITA, 27 de Março de 2024

O Contabilista Certificado

Faria José Gomes Soares

CC 41263

A Direção
António Augusto Ferreira Pinto
Maria José da Cunha Pinto
António Augusto Ferreira Pinto
Maria José da Cunha Pinto

CENTRO SOCIAL PAROQ. PADRE ANGELO FERREIRA PINTO
BALANÇO EM 31 DE REG. EXERCÍCIO DE 2023

Contribuinte: 503553573
Moeda: (Valores em Euros)

| RÚBRICAS | NOTAS | DATAS | |
|---|-------|--------------|--------------|
| | | 31 REG 2023 | 31 REG 2022 |
| ACTIVO | | | |
| Activo não corrente | | | |
| Ativos fixos tangíveis | | 1 584 002,98 | 1 676 316,59 |
| Bens do património histórico e artístico e cultural | | 0,00 | 0,00 |
| Ativos intangíveis | | 0,00 | 0,00 |
| Investimentos financeiros | | 23 443,32 | 24 176,43 |
| Fundadores/beneméritos/patrocinadores/doadores/associados/membros | | 0,00 | 0,00 |
| Outros Créditos e ativos não correntes | | 0,00 | 0,00 |
| | | 1 607 446,30 | 1 700 493,02 |
| Activo corrente | | | |
| Inventários | | 0,00 | 0,00 |
| Créditos a receber | | 1 845,00 | 0,00 |
| Estado e outros entes públicos | | 5 254,13 | 17 581,19 |
| Fundadores/beneméritos/patrocinadores/doadores/associados/membros | | 0,00 | 0,00 |
| Gastos a reconhecer | | 11 227,26 | 8 140,51 |
| Outros ativos correntes | | 49 536,40 | 66 142,41 |
| Caixa e depósitos bancários | | 40 887,81 | 56 982,02 |
| | | 108 750,60 | 148 846,13 |
| Total do ativo | | 1 716 196,90 | 1 849 339,15 |
| FUNDOS PATRIMONIAIS E PASSIVO | | | |
| Fundos patrimoniais | | | |
| Fundos | | 0,00 | 0,00 |
| Excedentes técnicos | | 0,00 | 0,00 |
| Reservas | | 0,00 | 0,00 |
| Resultados transitados | | 5 084,88 | 98 563,27 |
| Excedentes de revalorização | | 0,00 | 0,00 |
| Ajustamentos / Outras variações nos fundos patrimoniais | | 1 243 328,31 | 1 291 325,03 |
| | | 1 248 413,19 | 1 389 888,30 |
| Resultado líquido do período | | -87 516,56 | -93 478,39 |
| Total dos fundos patrimoniais | | 1 160 896,63 | 1 296 409,91 |
| Passivo | | | |
| Passivo não corrente | | | |
| Provisões | | 0,00 | 0,00 |
| Provisões específicas | | 0,00 | 0,00 |
| Financiamentos obtidos | | 148 068,48 | 84 298,84 |
| Outras dívidas a pagar | | 0,00 | 0,00 |
| | | 148 068,48 | 84 298,84 |
| Passivo corrente | | | |
| Fornecedores | | 121 014,09 | 106 360,38 |
| Estado e outros entes públicos | | 34 283,60 | 49 213,97 |
| Fundadores/beneméritos/patrocinadores/doadores/associados/membros | | 0,00 | 0,00 |
| Financiamentos obtidos | | 59 199,91 | 46 591,69 |
| Rendimentos a reconhecer | | 6 310,22 | 32 360,77 |
| Outros passivos correntes | | 186 423,97 | 234 103,59 |
| | | 407 231,79 | 468 630,40 |
| Total do passivo | | 555 300,27 | 552 929,24 |
| Total dos fundos patrimoniais e do passivo | | 1 716 196,90 | 1 849 339,15 |

A Direcção

*António Augusto Ferreira da Costa
 Joaquim José Gomes Soares
 Francisco Cunha
 John Manuel Pires Pinto*

O responsável

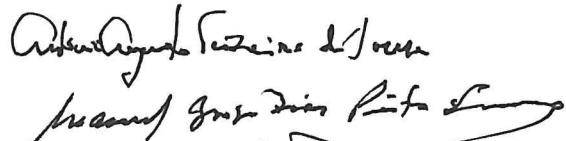
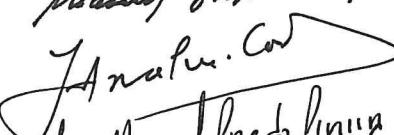
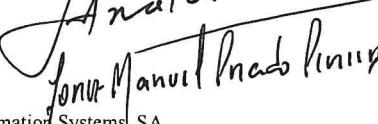
*Pedro José Gomes Soares
 cc 41263*

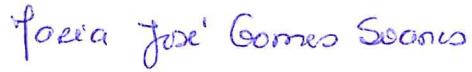
CENTRO SOCIAL PAROQ. PADRE ANGELO FERREIRA PINTO
DEMONSTRAÇÃO DOS RESULTADOS POR NATUREZAS PERIÓDICA
PERÍODO DE 01 DE JANEIRO DE 2023 A 31 DE DEZEMBRO DE 2023

Contribuinte: 503553573

Moeda: EUROS

| RENDIMENTOS E GASTOS | NOTAS | PERÍODOS | |
|--|-------|-------------------|-------------------|
| | | 2023 | 2022 |
| Vendas e serviços prestados | | 1.094.842,75 | 1.059.541,65 |
| Subsídios, doações e legados à exploração | | 847.314,61 | 764.447,29 |
| Variação nos inventários da produção | | 0,00 | 0,00 |
| Trabalhos para a própria entidade | | 0,00 | 0,00 |
| Custo das mercadorias vendidas e das matérias cons | | 12.027,54 | 15.308,79 |
| Fornecimentos e serviços externos | | 725.838,77 | 650.598,73 |
| Gastos com o pessoal | | 1.344.970,34 | 1.252.771,24 |
| Ajustamentos de inventários (perdas/reversões) | | 0,00 | 0,00 |
| Imparidade de dívidas a receber (perdas/reversões) | | 0,00 | 0,00 |
| Provisões (aumentos/reduções) | | 0,00 | 0,00 |
| Provisões específicas (aumentos/reduções) | | 0,00 | 0,00 |
| Outras imparidades (perdas/reversões) | | 0,00 | 0,00 |
| Aumentos/reduções de justo valor | | 0,00 | 0,00 |
| Outros rendimentos e ganhos | | 271.544,75 | 234.977,97 |
| Outros gastos e perdas | | 24.679,00 | 25.091,89 |
| Resultado antes de depreciações, gastos de financiamento e impostos | | 106.186,46 | 115.196,26 |
| Gastos/reversões de depreciação e de amortização | | 182.465,00 | 204.576,10 |
| Resultado operacional (antes de gastos de financiamento e impostos) | | -76.278,54 | -89.379,84 |
| Juros e rendimentos similares obtidos | | 0,00 | 10,14 |
| Juros e gastos similares suportados | | 11.238,02 | 4.108,69 |
| Resultados antes de impostos | | -87.516,56 | -93.478,39 |
| | | 0,00 | 0,00 |
| Resultado líquido do período | | -87.516,56 | -93.478,39 |




Ra Ay *J. Ferreiro*



RELATÓRIO DE GESTÃO DO EXERCÍCIO DE 2023

Índice

| | | |
|-----|--------------------------------|----|
| 1. | Identificação da Entidade..... | 2 |
| 2. | Síntese | 2 |
| 3. | Volume de negócios | 3 |
| 4. | Utentes | 4 |
| 5. | Eventos e atividades..... | 5 |
| 6. | Situação contributiva | 6 |
| 7. | Pessoal..... | 6 |
| 8. | Investimentos..... | 7 |
| 9. | Financiamento..... | 8 |
| 10. | Gastos..... | 9 |
| 11. | Rendimentos | 12 |
| 12. | Resultados..... | 14 |
| 13. | Perspetivas para 2024..... | 14 |
| 14. | Agradecimentos | 15 |



1. Identificação da Entidade

O “CENTRO SOCIAL PAROQUIAL PADRE ANGELO FERREIRA PINTO” é uma Instituição Particular de Solidariedade Social, sem fins lucrativos, registada no livro das Fundações de Solidariedade Social sob o nº 50/84 e com estatutos aprovados pela Direção-Geral da Segurança Social em 21/10/16, com sede na Praceta Padre Ângelo Ferreira Pinto, nº 7, 4455-469 Perafita.

O Centro Padre Ângelo tem por finalidade principal prosseguir o objetivo de contribuir para a promoção integral de todos os Paroquianos num espírito de solidariedade humana, social, educacional e cristã.

Para tal, possuí as seguintes respostas sociais:

Creche, pré-escolar, centro de dia, centro de convívio e estrutura residencial para pessoas idosas (ERPI).

2. Síntese

Como Instituição de Solidariedade que somos, o nosso foco centra-se primordialmente nos nossos Utentes, mas também nos Colaboradores que direta ou indiretamente trabalham connosco.

Desde a constituição que procuramos ser uma Instituição de referência e por essa razão, apostamos numa melhoria contínua dos espaços e dos equipamentos de todas as valências da Instituição.

No ano de 2023, foram feitos investimentos e reparações nos edifícios e no equipamento básico, com o objetivo de proporcionar melhores condições às crianças e aos idosos que nos são confiados.



3. Volume de negócios

Em 2023, o volume de negócios apresentou um ligeiro aumento na ordem dos 3%. Esta percentagem justifica-se pelo fato de se ter verificado um pequeno aumento na média anual de Utentes, conforme referido na Nota 4. As valências que registaram as maiores subidas, foram o Pré-escolar, Centro de Convívio, ERPI e Centro de dia. Em contrapartida, as valências das Creches registaram a maior descida. Esta diminuição, foi motivada pela medida da gratuitidade das creches implementada pelo Governo Português, através da Portaria nº 198/2022, de 27 de julho. Este diploma, estabelece que, para todas as crianças nascidas a partir de 1 de setembro de 2021, que frequentem creches do setor social e solidário, passam a ser assumidas pelo Governo, os valores das comparticipações que deveriam ser pagas pelas famílias, pelo que, este rendimento passou a ser reconhecido na conta de subsídios.

Detalhe:

| Área | 2023 | 2022 | Variação |
|--------------------|-----------------------|-----------------------|--------------|
| Infância | | | |
| Creche I | 38 067,32 € | 61 392,45 € | -37,99% |
| Creche II | 27 482,75 € | 37 120,50 € | -25,96% |
| Pré-escolar | 94 520,43 € | 86 765,10 € | 8,94% |
| <i>Subtotal</i> | 160 070,50 € | 185 278,05 € | |
| Sénior | | | |
| Centro de dia | 69 311,26 € | 65 892,96 € | 5,19% |
| Centro de Convívio | 2 506,00 € | 2 311,50 € | 8,41% |
| ERPI | 862 954,99 € | 806 059,14 € | 7,06% |
| <i>Subtotal</i> | 934 772,25 € | 874 263,60 € | |
| Total | 1 094 842,75 € | 1 059 541,65 € | 3,33% |



4. Utentes

O Centro Padre Ângelo prestou serviços no apoio à infância e à 3^a idade. A média anual de Utentes foi de 247, um ligeiro aumento de 1,3% comparativamente a 2022 em que a média se cifrava em 244. Para estes 247 Utentes, existem acordos com a Segurança social para 218, repartidos como segue:

| Área | Frequência média | Acordo | Capacidade |
|--------------------|------------------|------------|------------|
| Infância | | | |
| Creche I | 35 | 35 | 41 |
| Creche II | 24 | 28 | 35 |
| Pré-escolar | 75 | 75 | 75 |
| <i>Subtotal</i> | 134 | 138 | 151 |
| Sénior | | | |
| Centro de dia | 30 | 30 | 60 |
| Centro de Convívio | 20 | 20 | 20 |
| ERPI | 63 | 30 | 68 |
| <i>Subtotal</i> | 113 | 80 | 148 |
| Total | 247 | 218 | 299 |



5. Eventos e atividades

No decorrer do ano de 2023, cada uma das áreas (infância e sénior) organizou e cumpriu com o vasto calendário de atividades a que se propôs.

Após um longo período de contingência, as valências da Instituição, abriram portas às famílias para participarem em algumas das atividades desenvolvidas.

Entre muitas atividades, destacam-se as seguintes:

| Infância | Sénior |
|---------------------------------|---|
| Comemoração do início do Outono | Comemoração do início do Outono |
| Dia mundial da música | Comemoração do S. Martinho |
| Dia mundial do animal | Festa de Natal |
| Dia mundial da alimentação | Dia de Reis |
| Dia mundial da 3ª idade | Dia do obrigado |
| Comemoração do S. Martinho | Aniversário Centro Padre Ângelo |
| Festa de Natal | Dia da magia |
| Dia de Reis | Dia de S. Valentim |
| Aniversário Centro Padre Ângelo | Dia da mulher |
| Carnaval | Dia do pai |
| Dia do pai | Comemoração da primavera |
| Dia mundial da árvore | Dia mundial da árvore, poesia e marioneta |
| Páscoa | Dia mundial do teatro |
| Dia da terra | Dia mundial da atividade física |
| Dia do livro | Dia mundial da voz |
| Dia da mãe | Dia mundial da dança |
| Dia da família | Dia da mãe |
| Dia mundial da criança | Dia da família |
| Dia dos avós | Dia Sr Matosinhos |



6. Situação contributiva

O Centro Padre Ângelo tem a sua situação contributiva regularizada, quer perante o Instituto de Gestão Financeira da Segurança Social, quer perante a Autoridade Tributária.

7. Pessoal

O Centro Padre Ângelo teve em média, durante o ano, 76 funcionários pertencentes ao quadro de pessoal.

Para além desses, estiveram onze pessoas integradas em programas subsidiados pelo Instituto de Emprego e Formação Profissional (IEFP). Deste total, nove pessoas estiveram ao abrigo da medida Contrato Emprego Inserção (CEI), uma ao abrigo da medida Contrato Emprego Apoiado em Mercado Aberto (EAEE), e uma ao abrigo da medida ATIVAR.

A bolsa ocupacional da medida CEI é comparticipada pelo IEFP em 50%. O subsídio de transporte, a alimentação e o seguro são encargo da Instituição.

A medida EAEE, a comparticipação do IEFP é de 50% sobre o vencimento e respetivos encargos.

A Estágios ATIVAR, é comparticipada em 80% sobre a bolsa de estágio.

Além dos 76 Colaboradores, o Centro Padre Ângelo recorre a subcontratação de vários serviços externos, nomeadamente:

- Alimentação;
- Limpeza;
- Lavandaria;
- Medicina;
- Enfermagem;
- Fisioterapia;
- Podologia;
- Nutrição;
- Advocacia;
- Consultoria financeira,
- Atividades de educação desportiva e recreativa.

Estes serviços, representam indiretamente cerca de 22 postos de trabalho.



8. Investimentos

Durante o ano de 2023, o montante de investimentos feito foi de, 90.151,39€

| Rubrica | Montante |
|--------------------------------|--------------------|
| Edifícios e Outras Construções | 71 740,55 € |
| Equipamento básico | 18 410,84 € |
| Total | 90 151,39 € |

Edifícios e outras construções

Foi concluída a instalação de um novo parque infantil para as valências da Creche e Pré-escolar, tendo sido o montante de investimento no ano de 2023, de 47.388,98€.

Foi impermeabilizado o telhado das valências da Creche e do Pré-escolar, no montante de 13.100,88€.

Foi instalado um sistema de renovação do ar, na Creche, no valor de 11.250,69€.

Para a instalação do parque infantil, no montante total de 85.861,81€. a Instituição recebeu um apoio do Município de Matosinhos, no valor de 60.000€.

O sistema de renovação do ar, foi incluído na reprogramação da candidatura ao Programa Operacional Regional do Norte – Norte 2020.

Num total de 149.928,14€ de investimento elegível proposto para a candidatura, foi aprovada a verba de 63.432,91€ em 2021 e de 64.006,01€, em 2022.

Em 11/03/2023 a Instituição solicitou a reprogramação da candidatura para o valor de investimento elegível de 163.911,47€ e a mesma foi aprovada.

Equipamento básico

Foram substituídas duas máquinas de lavar roupa na lavandaria, um forno e uma máquina de lavar louça, na cozinha.

Foram também adquiridas, mais grades de cama para os quartos dos Utentes da ERPI e uma maca banheira para as higienes destes Utentes.



9. Financiamento

Em 2013, através de uma linha de crédito de apoio à economia social, foi contraído um empréstimo no montante de 500.000,00€. Este montante teve como finalidade complementar os apoios recebidos do Instituto da segurança Social e do Município de Matosinhos destinados à construção e apetrechamento do edifício destinado à nova valência ERPI.

Em maio de 2016, começaram a ser feitas amortizações a este financiamento que totalizaram à data do encerramento do exercício de 2023 o montante de 415.145,12€. Deste valor total, 90.000,00€ foram liquidados no ano de 2016, a título extraordinário dada a disponibilidade financeira existente.

No contexto da pandemia COVID-19, em 31 de março de 2020, a Instituição aderiu à moratória Pública prevista e regulada pelo Decreto-Lei nº 10-J/2020. Em Outubro de 2021, com o fim da referida moratória a Instituição retomou o pagamento e cumpriu com o plano financeiro de empréstimo contratualizado com a instituição bancária.

Em março de 2023, no âmbito da mesma linha de crédito de apoio à economia social, a Instituição contraiu outro empréstimo, no montante de 125.000,00€.

Este valor teve como propósito reforçar a estabilidade da tesouraria da Instituição e contribuir para o acompanhamento das necessidades decorrentes da atividade.

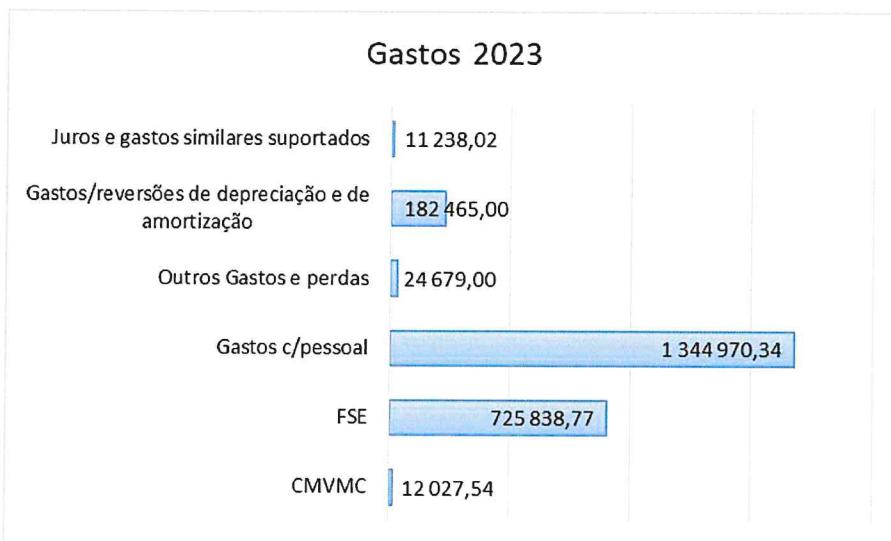
Em outubro de 2023 começaram a ser feitas amortizações e à data de encerramento do exercício, totalizaram um montante de 2.586,49€.

gráteis Juna



10. Gastos

As rubricas de gastos suportados pelo Centro Padre Ângelo ascenderam a cerca de 2.301.218€ representando um aumento de 6,9% face a 2022.



No que respeita à análise comparativa das rubricas de gastos com o período homólogo do exercício anterior, importa referir:

A rubrica de juros e gastos similares, apresentou uma variação de 173,5%. Esta variação justifica-se quer pelo aumento das taxas de juro, quer pelo início da amortização do empréstimo contraído em 2023.

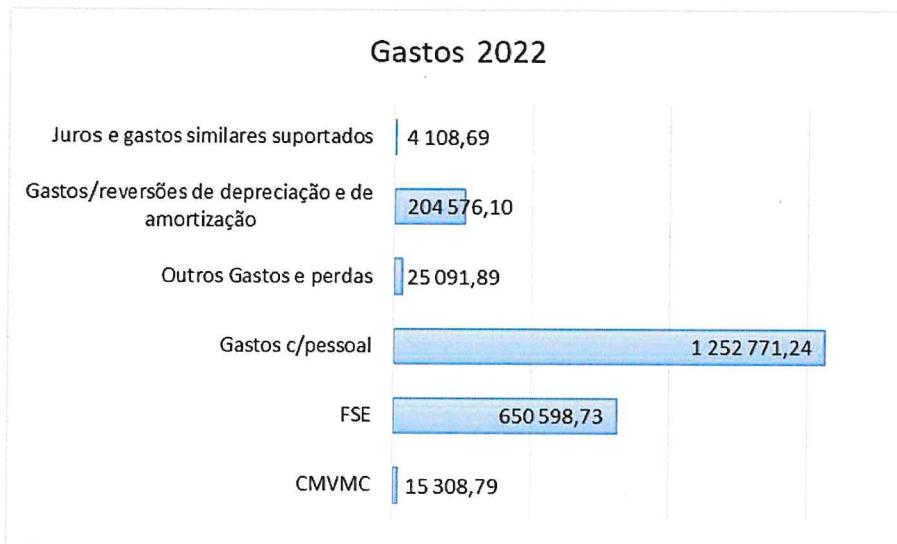
A rubrica dos fornecimentos e serviços externos, apresentou uma variação de 11,5% decorrente do aumento da taxa de inflação e da consequente subida generalizada dos serviços e produtos.

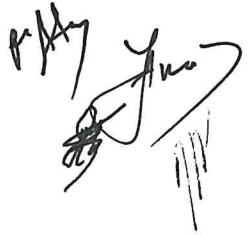
Na rubrica de gastos com pessoal, a variação de 7,3% face ao ano anterior resultou da atualização legal da retribuição mínima mensal garantida em Janeiro de 2023, bem como, da atualização das tabelas salariais.

fr. António Ferreira Pinto



Em contrapartida, as rubricas que registaram diminuição, foram a de, CMVMC na ordem de 21,4%, a de Gastos/reversões de depreciações e de amortização, de 10,8% e a de Outros gastos e perdas, de 1,6%.





À data de 31 dezembro de 2023, a estrutura de pessoal, decompunha-se da seguinte forma:

| Categoria | Quantidade |
|-------------------------------------|------------|
| Ajudante de Ação Direta | 33 |
| Ajudante de Ação Educativa | 13 |
| Ajudante de cozinha | 3 |
| Animadora Sócio-Cultural | 1 |
| Contabilista Certificado | 1 |
| Cozinheiro | 3 |
| Diretora Técnica área Infância | 2 |
| Diretora Técnica área Séniors | 2 |
| Educador de infância | 4 |
| Escriturário | 3 |
| Gestor de Informática e Comunicação | 1 |
| Psicólogo | 3 |
| Responsável Serv. Logística | 1 |
| Trab. Serviços Gerais | 6 |
| Total | 76 |

No que respeita às categorias de Ajudante de Ação Direta e de Educador de infância, estão incluídos respetivamente, 4 e 1 Colaboradores que se encontram em regime de substituição direta de outros trabalhadores ausentes por motivo de baixa prolongada por doença.

Na categoria de Psicólogo, está incluído um Colaborador a realizar estágio.



by Harry Jane

No encerramento do exercício, a rubrica de fornecimentos e serviços externos apresentava os saldos e pesos percentuais, abaixo descritos:

| Conta | Valor | % |
|------------------------------------|---------------------|----------------|
| Subcontratos | 448 517,01 € | 61,79% |
| Serviços especializados | 77 694,74 € | 10,70% |
| Materiais | 26 050,13 € | 3,59% |
| Energia e Fluídos | 75 948,57 € | 10,46% |
| Deslocações, estadas e transportes | 48,45 € | 0,01% |
| Serviços diversos | 95 873,11 € | 13,21% |
| Encargos com utentes | 1 706,76 € | 0,24% |
| Total | 725 838,77 € | 100,00% |

À semelhança do exercício anterior, as rubricas de subcontratos, serviços diversos, serviços especializados e energia e fluídos, continuam a representar os maiores pesos percentuais, no total da rubrica de FSE.

A rubrica de subcontratos, engloba os serviços de alimentação, limpeza, lavandaria, medicina/enfermagem e manutenção.

O peso de 10,46% da rubrica de energia e fluídos, prende-se não só com o próprio consumo, mas também, com a subida do preço do gás e da energia.

11. Rendimentos

Com exceção da rubrica de Juros e rendimentos similares obtidos, que apresentou uma variação negativa de 100%, mas inexpressiva em valor, todas as outras rubricas apresentaram variações positivas.

Da análise aos rendimentos de 2023, verifica-se que a rubrica com a variação mais significativa, foi a de Outros rendimentos e ganhos, com 15,5%.

Nesta rubrica, foi contabilizado o subsídio recebido do Norte 2020, relativo à candidatura à medida, Emprego-Empreendedorismo Social, no montante de 49.311,36€.



PADRE
ÂNGELO
FERREIRA
PINTO

A rubrica de Subsídios, doações e legados à exploração apresentou uma variação de 10,8% Os subsídios das Entidades públicas, apresentam uma variação positiva de 10,7%, enquanto que os de Entidades privadas, mostram uma variação também positiva, de 13,7%. Os subsídios das Entidades Públicas, referem-se quer à atualização das comparticipações pagas, quer à medida da gratuidade das creches referida no ponto 3, por parte do Instituto da Segurança Social. Os subsídios de Entidades privadas, dizem respeito a benfeiteiros e a donativos de outras entidades.

A rubrica de vendas e serviços prestados, apresentou uma variação de 3,3%.





Rendimentos 2022

| | |
|---|--------------|
| Juros e rendimentos similares obtidos | 10,14 |
| Outros rendimentos e ganhos | 234 977,97 |
| Subsídios, doações e legados à exploração | 764 447,29 |
| Vendas e serviços prestados | 1 059 541,65 |

12. Resultados

O resultado líquido do ano de 2023 foi negativo no montante de 87.516,56€ (Oitenta e sete mil quinhentos e dezasseis euros e cinquenta e seis céntimos), que propomos a sua transferência para resultados transitados.

13. Perspetivas para 2024

Para o ano de 2024, prevê-se a continuidade das operações em todas as valências, de forma a que os compromissos assumidos e os que possam vir a ser assumidos estejam garantidos. Prosseguindo a nossa missão “**estar consigo ao longo de toda a vida**”, pretendemos continuar a apoiar os nossos Utentes e as respetivas famílias.



Ao longo do ano, deverão ser concretizados os seguintes investimentos:

- Aquisição de máquina de secar roupa
- Aquisição de frigorífico
- Colocação de acrílicos nas grelhas de renovação de ar nos quartos da ERPI
- Substituição da sinalética de emergência de todas as valências

Acresce ainda que, a Instituição tem uma candidatura em fase de análise, para a instalação do alargamento do parque fotovoltaico.

14. Agradecimentos

Aos nossos Utentes e seus familiares/Representantes, o nosso agradecimento pela confiança depositada e o compromisso contínuo de dedicação à causa social.

À Autarquia, pelos apoios concedidos.

Ao Conselho Fiscal, pelos conselhos valiosos e por toda a colaboração durante o ano.

Aos nossos Fornecedores e outros Parceiros, pela confiança demonstrada ao longo do ano.

Aos nossos Colaboradores, deixamos uma mensagem de apreço pelo seu profissionalismo e empenho, os quais foram e continuarão a serem elementos fundamentais para a sustentabilidade do Centro Padre Ângelo.

Perafita, 27 de Março de 2024



A DIREÇÃO

Presidente – Sr. Padre António Augusto Teixeira de Sousa

António Augusto Teixeira de Sousa

Vice-Presidente – Sr. Manuel Jorge Dias Pinto Ferreira

Manuel Jorge Dias Pinto Ferreira

Secretário – Jorge Manuel do Prado Pereira

Jorge Manuel do Prado Pereira

Tesoureiro – Dr. José Anselmo Rodrigues da Costa

José Anselmo Rodrigues da Costa